

SEGURANÇA PÚBLICA PARA QUE(M)? UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRONASCI EM DUAS CIDADES GAÚCHAS

Resultado de Investigação finalizada: Dissertação de Mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS/PPGCCRIM

GT 04- Controle Social, Legitimidade e Segurança Cidadã
GT 24- Violência, Democracia e Segurança. Defesa e Promoção de Direitos

Autora: Mariana Chies Santiago Santos¹

Resumo:

O presente trabalho analisa a política de segurança pública adotada no Brasil, especialmente pós-democratização de 1988. Inicialmente apresenta um apanhado histórico sobre as consequências da globalização no controle e enfrentamento da criminalidade urbana, bem como se ancora em estudos sócio-criminológicos sobre diversos temas. Posteriormente faz um traçado sobre os programas de segurança pública aplicados no país. A última parte do trabalho se foca, exclusivamente, na percepção de moradores de dois territórios gaúchos sobre os projetos no PRONASCI ali implementados. Concluiu-se que houve avanços em relação à agenda de segurança pública, ainda que a combinação com programas sociais que visem à inclusão da *sociedade civil estranha* à *sociedade civil incluída* ainda reste rasa para um desenvolvimento social democrático no país.

Palavras-chave: Segurança pública. PRONASCI. Exclusão social.

Apresentação:

No presente trabalho me propus a estudar as políticas de segurança pública aplicadas no Brasil a partir do ano de 2003. Para isso, o recorte da pesquisa foi conduzido para a percepção, por parte das comunidades, dessas políticas aplicadas em seus territórios. Busquei trazer ao debate acadêmico, então, as percepções daqueles que vivenciam, nos seus territórios, as políticas de segurança pública, colocando-os no centro deste debate como sujeitos fundamentais para o exame dessas (que se pretendem) *novas* políticas colocadas em prática.

Ainda que muitas das políticas de segurança adotadas tenham seguido um viés tradicional, tanto no âmbito estadual quanto federal (com a criação da Força Nacional de Segurança, por exemplo), novas políticas foram buscadas e, quiçá, alcançadas. Essas políticas são consequência do acúmulo de experiências de outros planos de segurança pública que não tiveram o resultado almejado, além de novas visões acerca da redução da criminalidade.

¹ Especialista e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa em Políticas de Segurança Pública e Administração da Justiça Penal - GPESC/PUCRS, ao Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania - GPVC/UFRGS e ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos - INCT-Ineac da Universidade Federal Fluminense. Advogada do Grupo 10 e do Grupo 8 do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), oriundo do Ministério da Justiça, foram desenvolvidos diversos projetos aplicados em alguns municípios brasileiros, que visavam a uma maior participação comunitária na *gestão* da segurança pública, em *comunidades/lugares/zonas/territórios* mais vulneráveis ao crime, os quais considero, a partir de alguns estudos, zonas de exclusão social (SANTOS, 2003). Essa retirada do “poder” exclusivo do Estado como único e principal gestor da segurança pública é considerada por alguns estudiosos como o início da junção das forças públicas institucionais com as comunidades em que os projetos estão sendo/foram aplicados (BONALUME, 2010). Questionei, a partir do projeto de pesquisa, como as pessoas diretamente envolvidas (beneficiárias diretas dos projetos) estão/estavam percebendo tais intervenções em seus cotidianos e em seus territórios, quais os efeitos que estas ações produziram na comunidade e se era possível pensar nessa nova gestão (considerada por alguns) *mista* da segurança pública como forma de minimizar a seletividade do sistema penal.

A partir da formulação do problema de pesquisa, lancei algumas hipóteses: (i) a participação comunitária na gestão da segurança pública não faz com que os cidadãos se aproximem efetivamente das instituições públicas; (ii) essas novas propostas de políticas públicas de segurança não estão mudando a forma como o Estado – por meio de seus agentes institucionais – vem tratando populações mais vulneráveis à seletividade do sistema penal e; (iii) os projetos formadores do PRONASCI não são vistos pelas comunidades do Guajuviras (Canoas) e da Bom Jesus (Porto Alegre) como um ponto de partida para a diminuição da desigualdade social, da violência e do abuso da força estatal, tendo em vista que não trazem mudanças significativas das relações conflituosas entre o Estado omissor/repressor e os habitantes das comunidades estudadas.

Justifiquei a escolha do tema, naquele momento, a partir de uma leitura superficial da bibliografia, que nos diz que há alguns anos a segurança pública está na agenda política como uma das prioridades dos governos, tanto no âmbito internacional, como no âmbito nacional. Além disso, tornou-se pauta para discussões acadêmicas, políticas e populares. Veja-se, a título ilustrativo, recente pesquisa publicada no mês de outubro de 2011 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) intitulada “Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública”².

Percebeu-se, por meio da realização da pesquisa, que a Segurança Pública está em segundo lugar no *ranking* de preocupação dos brasileiros, perdendo apenas para a saúde. Dos resultados encontrados, observou-se também, que 51% dos entrevistados consideram a segurança pública no Brasil como ruim ou péssima. Além disso, indicam como maneira de melhorar a segurança pública em nosso país, um combate maior ao tráfico de drogas e o aumento do policiamento nas ruas. Por outro lado, os mesmos entrevistados acreditam que políticas públicas de prevenção e maior intervenção estatal em outras áreas (saúde e educação) contribuiriam mais do que ações unicamente repressivas.

Percebi, ainda justificando a escolha do tema, que hoje se mantém a situação constatada no final da década de 1970, isto é, a demanda crescente por punição e um maior controle estatal na vida privada dos cidadãos, produção de novos tipos penais, uso de repressão contra os *outros*, os estranhos e os perigosos que habitam lugares afastados das zonas confortáveis da metrópole europeia brasileira (nosso caso).

Nesse sentido, busquei pesquisar como se deu/dá essa (re)construção de políticas de segurança pública em nosso país. Políticas essas que foram testadas em comunidades mais vulneráveis à seletividade do sistema penal, levando em conta condições históricas, de distribuição de renda e a própria fragmentação cultural vivenciada pelos habitantes que lá residiam. O que chamou minha

² Ver, a esse respeito, íntegra da pesquisa em:

<http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF8080813313424801331C6AC7405A25/Pesquisa%20CNI-IBOPE%20Retratos%20da%20Sociedade%20Brasileira%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20Out%202011.pdf>, acesso em nov de 2011.

atenção desde que comecei a estudar esses programas foi que tais políticas de segurança pública demonstravam, de início, a possibilidade de os excluídos da cidadania (SANTOS, 2003) terem a chance de se envolverem de maneira eficaz para prevenir a criminalidade nos lugares onde habitam, lutando, lado a lado, com as instituições e agentes que fazem parte da máquina estatal.

Assim, parti da suposição de que mais do que uma proposta alternativa para a construção de uma segurança pública democrática, os projetos do PRONASCI eram o que havia de mais inovador quanto ao controle do crime, pois além da (ultrapassada) repressão, utilizam-se da prevenção e da participação comunitária para barrar o aumento da criminalidade.

A partir disso, quis compreender, de maneira ampla, quais efeitos essas ações (políticas de segurança pública) produziram nas comunidades, isto é, como as pessoas diretamente envolvidas perceberam tais intervenções em seus cotidianos e em seu território. Para isso, precisei especificar alguns objetivos para contextualizar essa pesquisa no âmbito das Ciências Criminais. Assim, o trabalho se propôs a (i) analisar as consequências da globalização no agravamento da seletividade do sistema penal (BAUMAN, 1999; GARLAND, 2008), sobretudo para a construção da agenda da segurança pública, uma vez que acredito que a guinada para o mundo neoliberal, a partir da década de 1970, definiu algumas diretrizes no que diz respeito ao crime e seu controle; (ii) entender o surgimento e a manutenção da criminalização da pobreza na América Latina e, em especial, no Brasil, considerando que a produção e a reprodução da desigualdade social originam e continuam a originar zonas marginalizadas, mais vulneráveis ao crime; (iii) compreender como a segurança pública vem sendo tratada no Estado brasileiro após o fim *formal* da ditadura militar (COSTA, 2005, p. 105), tendo em vista a importância de se apreender a evolução histórica da segurança pública no Brasil a partir do séc. XX; (iv) averiguar, a partir do recorte da pesquisa, a realidade empírica da comunidade do Guajuviras e da vila Bom Jesus, duas comunidades com altos índices de criminalidade, onde foram implementados os *territórios da paz*, para compreender a percepção dos moradores beneficiários diretos dos programas do Governo Federal.

Ao iniciar o reconhecimento do campo, me dei conta que as pessoas que haviam disponibilizado seu tempo e um pedaço de sua vida para o desenvolvimento da minha pesquisa eram moradores “desde sempre” – como eles próprios gostavam de dizer – das comunidades estudadas.

Partindo da reformulação do meu problema de pesquisa, que passou a buscar não mais analisar as funções e as propostas dos projetos implementados nos “territórios da paz”, mas, por outro lado, entender as percepções dos moradores em relação ao que estava sendo implementado nas suas comunidades, ficou claro para mim que a técnica mais adequada seria a técnica da *história de vida e narrativa* para compreender a mudança (ou não) que eles perceberam nas suas vidas, nos seus cotidianos e nos seus territórios.

Explico, por entender ser a metodologia parte essencial para a elaboração de um trabalho como o meu, um pouco sobre a técnica escolhida a fim de deixar claro o porquê da escolha e mostrar, mais adiante, como isso acabou influenciando na “coleta dos dados” e no próprio resultado da pesquisa. Ao longo de toda a leitura (CARDOSO, 1986; BOURDIEU, 1996) referente a essa forma de abordagem conceituada como história de vida e narrativa, consegui captar onze justificativas que podem servir de base para minha escolha.

Em primeiro lugar, o aumento de prestígio que essa técnica ganhou ao longo dos últimos anos – desde a década de 1980 – no campo das Ciências Sociais trouxe legitimidade para as pesquisas que as utilizavam. Anteriormente, normalmente o campo da história contava estórias a partir dela, por isso a possibilidade de se utilizá-la como técnica, mesmo que na área das Ciências Criminais/Direito. Um segundo argumento para a sua utilização é que tal técnica nos permite incorporar, a partir dos nossos interlocutores – que pertencem a classes vulnerabilizadas, no caso dessa pesquisa –, suas histórias à historiografia oficial, mostrar seus discursos a quem se interessar e perceber que eles têm muito mais do que se imagina para expor ao mundo acadêmico.

Em terceiro lugar, tal técnica nos permite manter uma *vigilância epistemológica* para ver nosso sujeito como interlocutor e não como objeto de pesquisa, já que é, principalmente, a partir da conversa informal que o pesquisador vai transmitir a ideia de que aquele sujeito faz parte do trabalho como sujeito e não como objeto de estudo. O quarto argumento para essa escolha é que, a partir dessa conversa informal de ser humano para ser humano, o pesquisador enxerga várias outras dimensões a serem pensadas e repensadas, de maneira mais criativa e mais problemática, a partir dessa interação.

A quinta justificativa é a de que os interlocutores fazem o pesquisador reformular os pressupostos, o problema e as hipóteses de pesquisa. Isso porque essa vivência pesquisador-interlocutor faz o pesquisador distinguir os problemas sociais dos problemas sociológicos, percebendo o que é importante trazer à tona a partir do seu problema de pesquisa, uma vez que a diferença entre os problemas sociais e os sociológicos é a reflexão científica que é imposta àqueles. A sexta justificativa é no sentido de que, como não se tem um roteiro pronto de pesquisa, o pesquisador não atribui (tanto) suas opiniões aos significados dos processos sociais que está pesquisando. Em sétimo lugar, é que essa técnica de pesquisa, que também poderia ser chamada de técnica do diálogo, permite que o pesquisador enxergue uma relativização dos conceitos gerais com os quais está acostumado a trabalhar.

A oitava justificativa vem no sentido de perceber que esse diálogo além de identificar as práticas cotidianas, permite ao pesquisador problematizar, a partir de outro lugar, o seu objeto de estudo. Isso porque, saindo de um "pedestal", o pesquisador alcança o seu interlocutor que é quem lhe permite problematizar questões que não seriam sequer pensadas. Em nono lugar, permite identificar como a memória popular é construída e reconhecida como parte da consciência do que ousou chamar de *modernidade tardia* (HARVEY, 2003), ou seja, vai além do que os estudos macrossociais alcançam, ultrapassando a barreira dos livros, chega ao ser humano, contador da história da sua própria vida.

Como décima justificativa, tenho que a nossa cientificidade nos faz enxergar processos/esquemas dados como definitivos e essa técnica de história de vida/narrativa arranca a venda que torna o pesquisador cego e não só o permite ver, mas também enxergar a possibilidade de utilizar outros processos e outros esquemas interpretativos, a partir do que o interlocutor lhe mostra. Em último lugar, mas longe de ser menos importante, a técnica história de vida e a história oral trabalhada, no caso da pesquisa, com os interlocutores, foi um convite para eu rever interpretações, desenvolver novas hipóteses e encaminhar novas pesquisas, de forma a refinar grandes conceitos explicativos e seus consequentes pressupostos.

Antes de ir a campo, porém, deixo claro que se impôs a necessidade de revisão bibliográfica para explorar aquilo que outros pesquisadores já pesquisaram sobre temas relacionados ao problema proposto. Tal levantamento da literatura, porém, não esgota as possibilidades analíticas quando se tem a pretensão de realizar uma pesquisa na área das Ciências Sociais. Pelo contrário: as amplia. Portanto, é imprescindível incluir entre as etapas deste trabalho a pesquisa bibliográfica relacionada à globalização e seus efeitos no sistema penal, no controle do crime e na criação de políticas de segurança pública, já que, de acordo com Santos (2010), a experiência não dispensa a teoria prévia e a observação dos fatos é, pois, a última confirmação que o pesquisador deve fazer, voltando, no final de tudo, às teorias que serviram como base para todo o desenvolvimento do trabalho.

Além disso, deve-se ter cuidado, durante a escolha de não se utilizarem teorias, uma vez que se corre o risco de se adotar uma postura ingênua ao imaginar que nenhuma pesquisa foi feita a respeito do tema proposto. Às vezes não há nada escrito sobre o que se estuda, mas provavelmente há pesquisas que se inter-relacionam com o problema de pesquisa que se espera desenvolver (FLICK, 2006, p. 57).

A importância da teoria, por sua vez, reside no fato de ela servir de base para a coleta de dados, porquanto permite um olhar crítico quando da ida ao campo de estudo. Para isso, é necessário assumir que uma teoria, mesmo que seja imprescindível para o problema sociológico que esteja sendo pesquisado, propicia apenas uma visão rasa daquele fenômeno. É nesse sentido que a teoria e o método de pesquisa devem se combinar à reflexão, à experiência e ao questionamento. Uma é complementar à

outra, e as duas devem ser questionadas e repensadas sempre (MAY, 2011, p. 28). A ligação entre as teorias estudadas e o campo de pesquisa é essencial para que o pesquisador possa compreender o campo estudado.

Por fim, considero que a forma de abordagem da história de vida foi utilizada não apenas como forma de abordagem, mas acabou mudando a estrutura de todo o meu pensamento acerca do problema de pesquisa e a minha forma de perceber os fenômenos estudados.

Concluir ou tomar alguma posição sobre o exposto durante toda a pesquisa é uma tarefa arriscada e árdua. Por outro lado, acredito que algumas considerações a respeito do que foi tratado sejam importantes para que fique claro o que se depreendeu a partir de toda a pesquisa bibliográfica e empírica realizada.

A metodologia ou forma de abordagem, como já exposto, é parte fundamental de qualquer pesquisa na área das Ciências Humanas. Com a ausência de uma base metodológica sólida, o pesquisador pode perder o fio condutor do seu projeto de pesquisa e com isso acabar se afastando do objeto que pretendia estudar. Em relação à forma, esta tampouco escapa dos moldes impostos pela *ciência moderna*, assumindo, então, uma *forma-dissertação*.

A análise das questões macrossociais foi fundamental para entender os fenômenos sociais estudados, possibilitando uma compreensão das características do crescimento da criminalidade urbana e da exclusão social no mundo moderno e, especialmente, na América Latina e no Brasil. Com isso, optei pela literatura estrangeira quando tratei das consequências trazidas pelo século XIX e XX – o imperialismo, as duas grandes guerras, a crise do socialismo real, a ascensão e queda do nazifascismo, a estruturação de um mundo baseado na economia liberal, a falência do Estado de Bem-estar Social, a estruturação do velho conservadorismo apelidado de neoliberalismo – ao controle social, à criminologia e à exclusão social na *modernidade tardia*.

Dessa forma, ficou claro como a globalização agravou a seletividade do sistema de justiça criminal, com a continuação de políticas de higienização e a efetivação de cordões sanitários envoltos às classes consideradas perigosas e, ainda, como o surgimento da desigualdade social, econômica e cultural na América Latina, que fazem parte de todo um processo histórico, influenciou até o final do século XX e início do século XXI, a elaboração de políticas na área da segurança pública que visavam, em suma, a manter a criminalização da pobreza.

Importante, ainda, foi a análise das causas e consequências da crescente criminalidade urbana e das políticas de segurança pública, a partir da bibliografia latinoamericana e brasileira, para que pudéssemos compreender como a segurança pública era tratada e como o rompimento de certos paradigmas foram importantes para o início da mudança de cultura, nessa área, no Brasil.

Quanto ao exame das causas históricas para a construção de uma agenda de segurança pública, percebi que a ditadura militar poderia ser o ponto de partida para o estudo das políticas públicas do Brasil contemporâneo, muito embora tratasse do tema como “segurança nacional”. O autoritarismo impregnado no país tratava de um inimigo que poderia ser encontrado em qualquer lugar. Nesse sentido, durante o período de 1964 a 1985, os militares implementaram a Doutrina de Segurança Nacional, investiram na Escola Superior de Guerra e combateram qualquer força que consideravam inimiga.

A segurança era implementada para defender o Estado e não a sociedade. A polícia militar passou a ser a força ostensiva e estava nas ruas combatendo os perigos que poderiam derrubar aquele regime. A herança deixada pelo regime militar foi fundamental, ainda que negativa, já que influenciou a manutenção de uma polícia militarizada que foi, por muito tempo, considerada o agente mais importante da segurança pública. Esse legado afetou, de maneira efetiva, os primeiros planos de segurança pública do nosso país já democratizado e ainda, mesmo no fim da primeira década do século XXI, influenciou as novas propostas de políticas de prevenção ao crescimento da violência urbana no Brasil.

A questão da segurança pública entra, de fato, conforme exposto, na agenda política brasileira com os governos de Fernando Henrique Cardoso. Essa entrada, de acordo com os pesquisadores peritos na área, trouxe um importante avanço, uma vez que, até então, a questão era praticamente ignorada e baseada na herança deixada pela ditadura militar. Assim, alguns pontos importantes entraram em debate, ainda que não tratados de maneira sólida, como o papel da prevenção e a importância do respeito aos direitos humanos. Apesar de ter sido elaborado de forma apressada, o PNSP admitiu o fracasso das políticas tradicionais de enfrentamento à violência urbana no país e fez com que o assunto não saísse mais do primeiro plano da agenda dos governos posteriores.

Como forma substituta de repressão, de acordo com os estudos, a **prevenção** mostra eficiência no enfrentamento da criminalidade, conforme os diversos exemplos trazidos no corpo desta pesquisa, uma vez que todos os estudos analisados admitem a falência do sistema de justiça criminal tradicional, apontando como alternativa, até o momento, a prevenção, bem como a junção de todos os entes federados no enfrentamento da violência e o amadurecimento do sistema de justiça criminal.

O argumento trazido para que a segurança pública não seja responsabilidade apenas do governo federal é de que existem realidades locais distintas, sendo necessário um olhar mais aprofundado, que só é possível a quem está mais próximo a elas, ou seja, o município. O engajamento responsável dos municípios para o enfrentamento da violência é fundamental, como foi visto no caso de Canoas, para uma virada democrática nesse tema.

O PRONASCI chegou como um programa inovador no controle do crime, já que pretendeu municipalizar a segurança pública de maneira efetiva. Para isso, foram implementados projetos que visaram a englobar as opiniões da sociedade civil, que é afetada pela difusão da violência no dia a dia. Com isso, a ultrapassada repressão por meio de políticas de *lei e ordem* vem sendo substituída por projetos que implementam a prevenção e o respeito aos direitos humanos. O PRONASCI articula, mesmo que timidamente, conforme os críticos do programa, políticas sociais e políticas de segurança pública. Territorializar comunidades vulneráveis à criminalidade pode não ser o caminho ideal, mas mostrou efetividade quando articulada com diversos programas de inclusão da *sociedade civil estranha*.

Em relação à cidade de Porto Alegre, que implementou, na Vila Bom Jesus, os projetos do PRONASCI, a falta de continuidade e o não enfrentamento da burocracia, de maneira efetiva fizeram com que a população do bairro vissem tais projetos como "mais do mesmo". A falta de comprometimento do poder público no município de Porto Alegre foi expressiva e os projetos, além de demorarem dois anos para ser implementados, foram finalizados com apenas um ano de experiência. O investimento e a responsabilidade do poder público na cidade de Canoas fizeram com que as pessoas diretamente envolvidas nos programas vissem diferenças em diversos aspectos, como referido no terceiro capítulo. Em Canoas não foram implementadas apenas políticas de segurança pública, mas, sobretudo, políticas sociais.

Os cortes financeiros efetuados pelo governo da Presidente Dilma mostram que, apesar dos avanços na área de segurança pública para o enfrentamento efetivo da violência, a falta da assunção séria de um compromisso estatal que vise à continuidade das políticas de segurança pública pode vir a provocar uma regressão em todos os esforços feitos pelos governos anteriores. Nesse sentido, a sociedade acaba desiludida pelos avanços e retrocessos que se mostram um problema acima de tudo cultural no país.

Como coloquei ao final da crítica que fiz aos projetos a partir das narrativas, a territorialização de certas zonas perigosas faz com que a estigmatização e o controle social nesses lugares aumente. Mesmo considerando que tais projetos possam vir a ser efetivos para o enfrentamento preventivo da violência, questiona-se, por fim, por que, desde que a *terrae brasilis* se redemocratizou, precisamos entrar nas comunidades vulneráveis com polícia? Por que não entramos com políticas sociais de inclusão que enfrentem as consequências geradas pela globalização, pelo capitalismo, pelo

neoliberalismo e pelo fascismo societal para incluímos, de uma vez por todas, a *sociedade civil estranha* à *sociedade civil incluída*?

REFERÊNCIAS:

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. *Mordenidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- _____(org.). *Paz armada: Criminologia de Cordel*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M., AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. 5.ed. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BONALUME, Cláudia Regina. *O esporte e o lazer na formulação de uma política intersetorial para a juventude: a experiência do PRONASCI*. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- COSTA, Ivone Freire. *Polícia e Sociedade – Gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social*. Salvador: EDUFBA, 2005.
- FLICK, Uwe. *An introduction to qualitative research*. Oxford: Sage, 2006.
- GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- MAY, Tim. *Social Research: Issues, Methods and Process*. New York: Open University Press, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Lisboa, n. 65, maio 2003.
- _____. *Crítica da Razão Indolente*. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Um discurso sobre as ciências*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.